

ARTIGO ARTICLE

Meninas ribeirinhas: A passagem traumática do silenciamento à voz na luta contra o trabalho escravo doméstico contemporâneo

Riverine Girls: The Traumatic Passage from Silencing to Voice in the Fight against Contemporary Domestic Slave Labor

Niñas ribereñas: El traumático paso del silenciamiento a la voz en la lucha contra el trabajo doméstico esclavo contemporáneo

■ **Alana Santos dos Santos¹**

e-mail: advalanasantos@gmail.com

■ **Sandra Suely Moreira Lurine Guimarães²**

e-mail: sandralurine@yahoo.com.br

Resumo

Palavras-chave: subalternidade, silenciamento, trauma, pobreza, libertação

Keywords: subalternity, silencing, trauma, poverty, liberation

Palabras-clave: subalternidad, silenciamiento, trauma, pobreza, liberación

Este artigo discorre sobre três casos de meninas ribeirinhas do interior do Pará que foram deslocadas para a capital Belém e submetidas ao trabalho escravo contemporâneo no âmbito dos serviços domésticos, perfazendo as chamadas “crias de família”. Valendo-se da metodologia de storytelling, busca-se demonstrar como essa prática ainda persiste, além de discorrer acerca de seus efeitos sobre a vida dessas meninas, que, em condições de pobreza, têm suas vidas desenraizadas, silenciadas e traumatizadas, entre outros aspectos. Aponta-se como a escrita e a fala, resultantes de um processo educacional libertador, são atos políticos na luta contra o trabalho escravo doméstico contemporâneo.

Abstract

This paper discusses three cases of riverine girls from the interior of the state of Pará who were displaced to the capital Belém and subjected to contemporary slave labor in the field of domestic services. Using storytelling methodology, the aim is to demonstrate how this practice still persists, as well as to discuss its effects on the lives of these girls, who, in conditions of poverty, have their lives uprooted, silenced and traumatized, among other aspects. It points out how writing and speaking, resulting from a liberating educational process, are political acts in the fight against contemporary domestic slave labor.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e graduada em direito pela Universidade da Amazônia (Unama). Especialista em direito civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), vinculado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Participa do Projeto Letramento Racial, projeto de extensão do Instituto de Ciências Jurídicas (IC) da UFPA. E-mail: advalanasantos@gmail.com

² Professora da Faculdade de Direito e do PPGD da UFPA. Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA e graduada em psicologia e filosofia pela UFPA e em direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(a) (ABPN). Coordenadora do Projeto Letramento Racial (IC/UFPA). Pesquisadora da Clínica de Enfrentamento ao Trabalho Escravo da UFPA. E-mail: sandralurine@yahoo.com.br

Introdução: esboço de uma narrativa libertadora

O rompante com que começa esta escrita é o esboço de uma narrativa libertadora que melhor expressa como contar minha história e como ela se apresenta sob a forma de diversas narrativas entrecortadas, com muitas passagens ilegíveis, entrelinhas e caracteres desconhecidos. Nem tudo a escrita pode expressar. E os limites do meu mundo, assim como os da minha linguagem, falam muito mais pelo meu corpo do que pelas minhas frases. Por isso, apresento um esboço de uma narrativa que para mim é libertadora.

O que se segue é um relato sobre meninas ribeirinhas saídas do interior do Pará para a capital, Belém, sob a promessa de melhores condições de vida e que foram submetidas ao trabalho doméstico infantil em condições análogas às de escravo. Para contar minha história, como uma das autoras deste artigo, e as histórias de minhas duas irmãs, utilizo a metodologia do storytelling, a fim de relatar nossa experiência quando deixamos Igarapé-Miri/PA e fomos para Belém.

Ao adotar essa metodologia, o artigo tem a pretensão não apenas de abordar o trabalho escravo doméstico infantil, mas de romper com o silenciamento vivido por uma das autoras desse texto, que carrega consigo as marcas indeléveis dessa forma de exploração. Por isso, o artigo é escrito na primeira pessoa do singular, a fim de ser o mais fiel possível à metodologia adotada, enquanto a outra autora contribui com a orientação, em especial no que se refere à estrutura do texto, aos referenciais e aos argumentos teóricos.

A prática de levar crianças do interior do estado para o trabalho doméstico na capital tem certa tolerância social, o que assegura sua perpetuação ao longo dos anos. Assim, qualquer família em condições de vulnerabilidade socioeconômica está suscetível a ser capturada pelo discurso messiânico de promoção de melhores condições de vida para suas crianças. Tal prática ocorre notadamente entre famílias ribeirinhas, que ficam à margem do amparo estatal no que concerne à concretização de direitos fundamentais.

Eu e minhas irmãs, meninas ribeirinhas, na verdade crianças, sofremos durante o tempo em que permanecemos na condição de empregadas domésticas, tendo sido submetidas a diversos tipos de violência, incluindo a física e a psicológica e as violações de direitos. Enquanto vivemos o trabalho escravo contemporâneo, todas essas formas de violências foram suportadas de maneira silenciada, mas nunca silenciosa, dada a consciência do sofrimento e a tentativa obstinada de romper com essa realidade por meio dos estudos.

Por essa razão, o presente artigo é um ato de fala e, como tal, um ato político diante do silenciamento. A fala aqui lançada sob a forma de texto é um esforço de rompimento de traumas decorrentes de uma parte da história dessas meninas. O trabalho doméstico infanto-juvenil, que aqui toma a forma de trabalho escravo contemporâneo, impôs a mim e às minhas irmãs o silenciamento no passado, mas que ainda é assombroso como impedimentos e engasgos decorrentes de uma submissão a diversos atos de violência. Falar é um ato político e, como tal, libertador.

Toda a abordagem deste artigo parte dessa submissão ao trabalho escravo contemporâneo, em face das diversas violações de direitos e das tantas outras formas de violência,

incluindo a física e a psicológica, no intuito de construir perspectivas em torno do problema que se expressa no trauma decorrente dessa experiência, a saber, o trauma do silenciamento e suas implicações na falta ou na sua ausência. A própria construção da narrativa aqui apresentada já é um desfecho para o problema, na medida em que se reconhece a fala, que aqui toma forma de texto, como um ato político libertador.

Engasgos e o enfrentamento do silenciamento

Nunca falei sobre essa parte da minha vida, a não ser para minhas outras duas irmãs, que passaram por um processo semelhante. Os demais membros de minha família, sobretudo meus pais, quase não sabem o que de fato aconteceu. E a razão para isso pode não parecer difícil de entender, mas é. A experiência de ser retirada do ambiente do lar, do meio de sua família, da convivência com seus pais na passagem da infância para a adolescência (aos 12 anos de idade, no meu caso), para trabalhar em condições violentas é algo que tem sua expressão maior no silêncio traumático. E, como se sabe, o trauma tem o poder de paralisar, de abafar a voz que fica engasgada, que não pode ecoar.

É involuntário, inevitável, não tremer por alguns instantes; não pensar se essa narrativa é realmente necessária – afinal, há tantas outras coisas sobre o que escrever. As pausas para vasculhar na memória alguma recordação que insiste em não vir à tona e a busca pelas palavras são o mais penoso para mim, pois meu suor e minhas lágrimas enquanto escrevo parecem não poder ser expressos por qualquer palavra conhecida. Mas é preciso tentar, é preciso deixar que o sofrimento se torne palavras, a fim de que essa prática perversa seja denunciada.

Durante essa fase de trabalho doméstico infanto-juvenil sob condições análogas às de escravo, para usar a terminologia do direito, fui objetificada no trato, nas roupas, nos afazeres, na ausência de afetos, na falta de diálogos simétricos. Mas, ao elaborar este texto, faço o gesto de Kilomba, na medida em que nesta narrativa não sou objeto, mas sujeito: “Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28).

O ato de fala, para mim, surgiu como uma necessidade libertadora nas aulas do mestrado em direito no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPa). O engasgo que permaneceu a impedir minha fala foi, pouco a pouco, abrindo espaço para que, pelo poder da palavra, eu mesma visualize minha condição de sujeito.

Máscara do silenciamento

Quando Kilomba se refere à máscara de Anastásia, posta na boca, diz que se trata de uma “máscara do silenciamento”, e que sua principal função “era implementar um senso

de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura" (Kilomba, 2019, p. 33). Prossegue a autora, falando do racismo, que "a boca se torna o órgão da opressão por excelência" (Kilomba, 2019, p. 33). A máscara do silenciamento não precisa ser necessariamente física. A de Anastácia era. A máscara de flandres tornou-se símbolo desse silenciamento e de outras proibições, além da palavra, impostas às pessoas escravizadas.

Digo isso porque, quando saí do interior do Pará, da minha cidade natal Igapó-Miri, às margens do rio Itamimbuca, onde meus pais ribeirinhos moram até hoje, e entrei numa canoa, vi meu mundo ocultar-se na curva do rio. Os sons do meu mundo perderam-se na estrada rumo a Belém e entrei numa residência de estranhos, cuja patroa se apresentava como minha "tia". Percebi, ao longo do tempo, que uma máscara me foi imposta, porque as palavras só podiam ser pronunciadas sob certas condições, nos momentos certos, sempre escolhidas e com uma expressão inequívoca de subserviência.

Os meios comuns de fala com minha irmã mais velha, que trabalhava na mesma casa (chegou antes de mim), também adolescente, eram proibidos. Nossa contato mais pessoal restringia-se aos balbucios na noite antes do sono, pelo cansaço do trabalho; palavras pronunciadas silenciosamente eram o nosso diálogo. Também falávamos nas caminhadas rumo à escola pública próxima, cujos horários de entrada e saída eram rigorosamente controlados pela patroa, a "tia".

Os contatos com a nossa família eram praticamente inexistentes. O acesso ao telefone era negado. E minha outra irmã, mais nova, vinda depois de mim, também na passagem da infância para a adolescência (aos 10 anos), que trabalhava na casa de uma irmã da minha patroa, só falava conosco quando, escondidas, fugíamos da aula para nos encontrarmos na rua – a casa onde ela trabalhava ficava distante, mas era possível chegar a pé e retornar antes do final das aulas. Nas festas que reuniam as famílias, onde nós três estávamos presentes, sequer podíamos nos aproximar, e nosso diálogo se dava pelos olhares a distância.

Três adolescentes silenciadas de vários modos pela máscara da opressão de quem, pela condição econômica mais elevada, explora crianças e adolescentes, vilipendia outras vidas, objetificando-as, violentando-as, privando-as da palavra.

Pode a subalena falar?

Essa pergunta, lançada por Spivak (2010) e reproduzida por Kilomba (2019), me incomodou desde quando passei a ter contato, nas leituras do mestrado, com essas e outras autoras. Embora, destacadamente, Spivak fale do colonizado e Kilomba do racializado, sobretudo da mulher negra, a minha condição de menina ribeirinha – e a de minhas duas irmãs – expressava essa condição de privação de tantas coisas. Tratava-se, inevitavelmente, de um processo de subalternização.

Eu sabia que não podia falar, e não falei. E não é que não tenha falado apenas du-

rante o tempo em que estive sob aquelas condições impostas: não falei durante toda a minha vida restante. Eis, então, que me surge o questionamento das autoras: eu, submetida àquelas condições de subalternidade, posso falar?

Foi necessário todo um semestre de leituras e debates e de discussões com colegas e com minha orientadora para chegar à decisão de que essa narrativa, silenciada por todo esse tempo, fosse feita. O nome disso é trauma. Aprendi lendo Butler (2017). E a forma escolhida, storytelling, decorreu das leituras de Moreira (2017), que me inspirou não apenas no conteúdo, no pensamento do autor, mas também em sua metodologia.

Talvez o mais impressionante de todo esse episódio envolto na minha vida seja o mal-estar ocasionado nos longos momentos dentro daquela casa e a confusão mental de que estaríamos, eu, minhas irmãs e minha família, sendo beneficiadas por um gesto “bondoso” da patroa (a “tia”) em nos acolher e nos dar uma “oportunidade”. Como se pode compreender, viver sob essas condições gera uma confusão psíquica em quem está sendo explorado. Afinal, há uma suposta proximidade física, mas um total distanciamento em termos de reconhecimento, de ser vista como alguém que merece respeito, cuidado, proteção, especialmente por estar em uma fase especial de desenvolvimento.

Recentemente, quando decidi escrever esta narrativa, minhas irmãs acharam que seria de certo modo um exagero, porque, afinal, nossa condição de pobreza na época e nossas condições de vida atuais demonstram que não foi tão ruim assim. De fato, nosso horizonte de sentido depende essencialmente do nosso horizonte de percepção e de linguagem crítica. Disse a elas que o importante era reconstruirmos as histórias para, a partir daí, exsurgir o relato com o apoio dos aportes dos referenciais teóricos, que aqui basicamente são três: Solnit (2017) – o silenciamento; Butler (2017) – o trauma; e Kilomba (2017) – a fala como ato político-libertador.

A condição de subalternidade persiste mesmo depois de cessadas, aparentemente, as circunstâncias que a impuseram. É que os efeitos estão para além do aparente. Eles se alojam em áreas do consciente e do inconsciente produzindo resultados contínuos no presente e no futuro. E, possivelmente, o maior deles é o de não falar (o silêncio) ou, pelo menos, o de falar com amenidades, com mitigações.

Sobre o trauma

Sempre que falava das nossas condições com minhas irmãs, o tom era de brincadeira e o resultado eram os risos, certamente como mecanismo de defesa para minimizar o sofrimento da vivência. Essa fala era quase sempre entremeada com pequenos recortes de tristezas e olhares laterais, e finalizavam com sarcasmos sobre a patroa (a “tia”) e os demais da casa, inclusive o cachorro, que me atormentava com mordidas e que, também quanto a isso, minha fala deveria ser amena. Afinal, a subalterna nunca tem razão, nem mesmo diante de um animal mal domesticado.

Verdade é que esse nosso estado de fala comum e reservado, sem seriedade – ex-

ploração recreativa parafraseando o racismo recreativo – e sem compartilhamento com outros apenas expressa o trauma, que Butler (2017) vai nominar como o “que não está exatamente na ordem de uma memória, embora constitua um passado” – o nosso passado; é “como um passado que não para de acontecer” (p. 194). Sempre discutimos, eu e minhas irmãs, qual tem sido e qual será o custo dessa experiência para nós três como pessoas. O tempo tem dito e ainda dirá.

Hoje, em parte, tenho ideia desse custo. Mas, de fato, ainda não sei, ainda não sabemos todas as suas repercussões, especialmente no nível das nossas subjetividades. A continuidade desse passado está latente sob a forma de um passado que não passa, mesmo vivendo em condições atuais confortáveis. A dificuldade de falar é uma prova disso. Não a atribuo à vergonha, que até pode ser o motivo do engasgo. Essa vivência pode até ser aquela história de que todo mundo esconde alguma coisa do seu passado. Mas penso mesmo que é o trauma de reviver – e agora de escrever, o que não deixa de ser reviver – tudo aquilo tão desumanizante. É Butler quem reconhece que, “para que uma nova versão da estória seja conhecida ou comunicada, ela deve ser, até certo ponto, um reviver” (2017, p. 194).

O trauma reside, no âmbito desta narrativa, exatamente na imposição. Recobrar os momentos em que não comíamos à mesa com a família (o nosso lugar reservado era a cozinha), não podíamos assistir à TV, fazer uso do telefone, estar na sala; em que os horários de saída e chegada para a escola eram controlados, a participação recreativa em atividades da escola era proibida e o socorro médico de urgência (lembro que a minha irmã mais nova foi acometida de dengue) era tido como um favor. Pelas regras duramente impostas, qualquer objeto quebrado (afinal, nós que lavávamos as louças) deveria ser reposto em peças rigorosamente iguais (e nós saímos para comprar com o pouco dinheiro que tínhamos ou, quando não tínhamos, o valor era descontado de nossos recebidos). E tantas outras coisas que esse recobrar impõe. Os eventos estão cristalizados, para usar uma expressão de Butler (2017).

Não há como contar a narrativa, revivê-la, sem agir sobre ela (Butler, 2017). E, diria mais, sem que a própria narrativa aja sobre mim, sobre nós. Nem sei ao certo quem age sobre quem. Penso que é muito mais um processo cíclico, um amálgama de mútuas influências, fruto do trauma.

A pobreza

Tem razão Spivak (2010, p. 73) quando afirma que há uma heterogeneidade quando se fala do sujeito subalterno colonizado. Kilomba fala dos negros e do racismo, Solnit fala das mulheres, e assim por diante. Aqui, quero destacar a minha condição e as de minhas duas irmãs, meninas do interior do Pará vindas para a capital na esperança de ajudar a família ribeirinha, com pais e demais irmãos vivendo em condições de pobreza. Quando se tem necessidade do básico, ou do básico do básico – a comida –, pensar e falar resumem-se a isso.

Quando li a frase de Solnit (2017), “[a] pobreza silencia”, então pude perceber que o meu silenciamento nasceu primeiro da pobreza, depois da violência e, por fim, do trauma. São três causas, e falar é um ato de superação em três etapas. Não é fácil tecer uma narrativa nos moldes em que estou a fazer, mas isso só é possível porque hoje eu e minhas três irmãs temos formação superior (eu em direito, a mais velha em administração e a mais nova em medicina) e cada de uma nós tem sua própria casa, sua própria vida, vivendo por meios próprios. Cessadas, portanto, a pobreza e a violência, restou o trauma.

No trauma que restou, nunca expusemos isso de modo sistemático e com análises detidas sobre a seriedade da experiência e suas repercussões em nossas vidas. Minhas próprias irmãs prefeririam o silêncio (a permanência no trauma). Mas, minha insistência, depois de convencida pelas leituras do mestrado, pelas conversas com colegas e professores, é que é um ato de ousadia apresentar a narrativa e, assim, libertar-me, libertar-nos (porque elas também participam com suas recordações neste texto) do trauma. Falar é libertador; é um ato político; é um ato de existência como sujeitos; é assumir-se enquanto tal; é desobjetificar-se; é existir fora da subalternidade.

A condição de pobreza provocou o deslocamento, o desenraizamento, mas não apenas isso. Provocou também a percepção da assimetria em relação às outras crianças dentro da casa da “tia”. Enquanto elas expressavam a vida na linguagem mais livre e espontânea possível e exerciam o direito constitucional de brincar, a minha função era de atenção, de vigilância para com elas, de retraimento dos gestos, de limitações às expressões mais básicas, como a de sorrir. Isso sem mencionar as brincadeiras, os inúmeros brinquedos etc. a que não tínhamos acesso em nossa família originária e muito menos na casa da “tia”.

Recordamo-nos que em nossa casa ribeirinha, quando ganhávamos alguma boneca, fruto de alguma doação em ação natalina, nossa mãe as guardava penduradas no telhado dentro de casa para que não fossem logo perdidas ou estragadas. E, na nova casa, nossa relação com os brinquedos era recolhê-los e guardá-los. Ou seja, continuavam inacessíveis a nós enquanto crianças.

A pobreza impõe a subtração de muitos direitos básicos, dentre os quais o de ser criança, o direito de brincar. Desde cedo, aprendi a pensar como adulta e a viver como adulta. A infância não foi a melhor fase da minha vida, como normalmente é para a maioria das pessoas. Prefiro não recordar dessa fase da minha vida. Quando essa recordação se impõe, afasto-a. A infância tornou-se para mim, pela pobreza, essa relação traumática. Só é possível a luta pela libertação quando são criadas condições para que os silenciados falem e sejam ouvidos (Solnit, 2017). É disso que falo.

Nossas poucas roupas e objetos de uso pessoal ficavam conosco (eu e minha irmã mais velha) no pequeno cômodo onde passamos a residir e trabalhar. Minha irmã mais nova, vinda depois para outra casa, utilizava os armários do banheiro para guardar suas roupas e utensílios. Não é, portanto, pelo fato de estar numa cidade grande e em residências de pessoas com melhores condições financeiras que os traços da pobreza e suas limitações deixaram de nos acompanhar.

Desenraizamento

Na vida adulta, sair de casa é o esperado, pelo menos para a maioria das pessoas. Para as crianças, isso jamais deveria ocorrer. No meu caso e de minhas duas irmãs, não apenas saímos de casa, o que já seria muito, mas deixamos todo um mundo que poderia estar gravado em nossas memórias afetivas com nossos pais, nossas irmãs e irmão, nossas vizinhas; com as brincadeiras no rio, os cheiros da floresta, os sabores do cupuaçu e do açaí. Além disso, ficamos geograficamente distantes, cerca de 150km de casa, e sem condições financeiras, impedidas de visitar nossos pais, o que ocorria apenas uma ou duas vezes por ano em curtos dias.

Ficamos inseridas numa outra realidade, uma realidade hostil, onde apenas era possível viver com o retraimento. Sofremos com aquilo que Cal (2015) chama de “afastamento da convivência familiar e comunitária”, referindo-se ao deslocamento e aos impactos que a mudança para a grande cidade gera na vida de crianças e adolescentes que vão embora para trabalhar em residência de famílias como empregadas domésticas.

Hoje tentamos de algum modo recuperar o que foi perdido, ou melhor, compensar a perda. Eu, que moro na capital, visito regularmente meus pais e falo todos os dias com minha mãe. Minhas outras duas irmãs (uma mora em Minas Gerais e outra em Brasília) visitam-nos sempre que podem e falam com eles regularmente por telefone. Todos os anos arrecadamos dinheiro com amigos e distribuímos na comunidade muitos brinquedos para as crianças. Prestamos assistência jurídica e médica a vizinhos ribeirinhos que necessitam. São gestos que, no nosso inconsciente, compensam a nós mesmas no nosso passado. Somos nós estendendo as mãos para nós mesmas através dos corpos, das mãos e dos olhos de crianças da nossa comunidade.

Esse processo de desenraizamento tem um custo muito alto. E isso se agrava em face da condição de que o novo ambiente é hostil. Nele são negados afetos.

Afetos paradoxais

Nascimento e Prudêncio (2020) afirmam que afetos nascem e ocorrem em contextos históricos e políticos específicos. Não são, portanto, direcionados de modo aleatório. Não é qualquer um, em qualquer circunstância, que será alvo de afetos, não. Para que os afetos surjam e sejam desenvolvidos, várias condições são necessárias. Para além das pessoas, o ambiente é fundamental. O espaço da família e da comunidade, sadiamente vivido é propício para os afetos.

Para Teixeira (2021, p. 41), “traduzir essas relações de trabalho, o trabalho doméstico, em afetividade mascara relações de poder e desigualdade”. Até hoje, por incrível que pareça, sempre que eu e minhas irmãs nos reportamos à patroa que nos explorou por anos e nos violentou sob vários modos com palavras, salários irrigários, privações etc., referimo-

nos a ela como “tia”, como se fosse alguém da família que nos fez o bem, e não alguém que, pelo silenciamento imposto a nós, solapou nossa dignidade humana escravizando-nos.

Era comum ouvir dela discursos de cuidado e de afeto. Dizia que seríamos educadas por ela, ou melhor, que não sairíamos da casa dela como meninas mal-educadas. Ao mesmo tempo, privava-nos, por exemplo, de atividades festivas na escola, sob o argumento de que a responsabilidade era dela de cuidar de nós. Quando algo desaparecia de casa, dinheiro ou algum objeto, éramos nós, evidentemente, as suspeitas, as ladras em potencial, e erámos submetidas a “testes de honestidade” constantes (Teixeira, 2021, p. 49), a fim de que nosso caráter fosse moldado segundo os mais altos padrões de honestidade.

As “crias de família”, para usar a expressão de Motta-Maués (2012), que fala das meninas que saem do interior para trabalhar como empregadas domésticas nos grandes centros, ou o “quase da família” de que fala Teixeira (2021) são expressões que denotam a separação afetiva/efetiva entre o ser da família e não-ser da família. Essa separação é feita por várias práticas, dentre as quais os afetos, que são, hipocritamente, afirmados, mas efetivamente negados em face da condição de subalternidade. Infelizmente, isso ainda se reproduz em tantos casos. É clássica a fotografia da família, quase sempre branca e com melhores condições financeiras, com a mulher, quase sempre negra, abraçando-a, acompanhada dos dizeres “faz parte da nossa família”. De fato, nunca fez e nunca fará.

Talvez nunca tenha passado pela cabeça dessas pessoas que a experiência das noites longe dos familiares é extremamente traumática. Quando todos da casa dormiam e o último prato sujo era lavado, esse era o momento em que a escuridão se tornava mais escura ainda para mim e para minha irmã mais velha. Até hoje penso que era muito mais escura para minha irmã mais nova que, sozinha, não tinha sequer a quem olhar, com quem balbuciar. Teixeira (2021, p. 60) fala do sofrimento da mulher negra empregada doméstica por conta da solidão. São muitas dores que se acumulam durante o dia e elas deságumam todas nesse instante de solidão antes que o sono adormeça a mente cansada do trabalho e da jornada exaustiva.

A disciplina e o não dito

O corpo, não apenas com a solidão, sofre todas as consequências de um processo de silenciamento. Mas é na mente que o impacto é mais forte e duradouro. Sobre o corpo, é imposta a disciplina para o refazimento ao modo de quem domina. Diz Solnit (2017): “Quem é e quem não é ouvido define o statu quo”. Uma das formas mais incisivas da violência e do silenciamento é a disciplina imposta ao corpo, à linguagem, aos pensamentos.

Recordo-me com minha irmã mais velha que a “tia” nos impunha a obrigação de ler um livro dela sobre etiqueta e que deveríamos praticar as recomendações do livro. O modo de andar, de falar, de portar-se. Certamente, ela não queria algo de especial para nós, mas para ela mesma, já que estávamos na casa dela, onde recebia suas visitas; também, saímos em festas da família e não poderíamos fazê-la passar vergonha, algum tipo de

vexame.

E, nesse exercício de refazimentos de hábitos, nossos corpos foram submetidos ao que hoje posso chamar de um processo de disciplinamento ou normalização. E nossas vidas passaram a perder a autenticidade de meninas ribeirinhas com hábitos bem peculiares para sermos apenas uma imitação daquela que se considerava superior à nós, mais bonita, mais elegante. Uma disciplina europeia. O dominador manipula esses valores em prejuízo do subalterno.

Depois de leituras do livro e de práticas particulares nos pequenos momentos que o tempo nos reservava, no minúsculo quarto dos fundos onde eu e minha irmã dormíamos juntas, o cenário era montado para o espetáculo, e nós duas éramos expostas aos olhares da “tia” e de quem mais estivesse na casa para demonstrarmos como andar, sentar-se, falar, sob as correções autoritárias e os sarcasmos dela e dos demais. Corpos expostos ao vexame de sua própria negação.

É fácil perceber nesta narrativa que os relatos das experiências estão dispersos ao longo do texto e que eles não cobrem tudo o que aconteceu. Há algumas coisas que preferimos não registrar. Não sofremos violência sexual e nem agressões físicas graves. O restante pode ser resumido a uma jornada exaustiva de trabalho (de domingo a domingo), em pagamentos irrigários (minha irmã mais velha recebia menos de meio salário-mínimo e eu, um valor simbólico, algo em torno de R\$10,00), na vigilância e privação de atividades na escola, na restrição a lugares, à alimentação e a tudo dentro da casa, a castigos (como o de regar as plantas na frente da residência sob o sol de meio dia), e assim por diante.

O desejo da patroa e seus familiares era que nunca conseguíssemos ingressar numa faculdade porque não era nosso lugar. É incrível como há uma delimitação social de lugares para cada tipo de pessoa. Nós, meninas ribeirinhas, jamais poderíamos ocupar um lugar numa faculdade. Graças às ações afirmativas implementadas no Brasil, não apenas nós três, mas nossas outras irmãs e irmão, conseguimos ingressar na faculdade. Há uma prática de desestímulo a fim de que o subalterno permaneça nessa condição.

O silêncio rompido nesta narrativa o é apenas em parte; pois, como afirma Solnit (2017), ele é “o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido”. Hoje, podemos (principalmente eu) perceber que o silêncio que nos foi imposto produziu em nós sofrimento (e ainda produz) e, segundo Solnit (2017), permitiu para a “tia” e seus familiares que as mentiras e hipocrisias crescessem e florescessem e que seus crimes passem impunes. São criminosos. O que ocorreu em nosso caso foi crime. Está no art. 149 do Código Penal, o crime de submeter alguém em condições análogas às de escravo. Sem mencionar as diversas violações à legislação trabalhista.

A prática do trabalho escravo contemporâneo é violadora do princípio da dignidade da pessoa humana. Sobre isso muito já foi escrito. Aliás, o bem jurídico tutelado pela norma do art. 149 do Código Penal em vigor é a dignidade da pessoa humana. Mesquita (2016, pp. 79-97) faz uma longa abordagem doutrinária e jurisprudencial da dignidade humana como bem jurídico tutelado. Para a referida autora, resta claro, desde as modificações introduzidas pela lei nº 10.803/03, que “todos os modos de execução que passaram a ser pre-

vistos expressamente pelo referido crime, constata-se violação direta ao principal atributo do ser humano, que é a sua dignidade" (Mesquita, 2016, p. 89).

Retomando a narrativa, a já falecida "tia" ficou impune pelos crimes que cometeu, mas a família ainda usufrui dos benefícios que a exploração a que fomos submetidas lhes gerou. Deveriam envergonhar-se disso. Mas, para fins de justiça social, o gesto moral é insuficiente. Reparação, essa é palavra mais propícia. E as beneficiárias dessa reparação deveriam ser tantas outras meninas ribeirinhas que hoje carecem de algum tipo de assistência para saírem da condição de pobreza.

Considerações finais: caminho para a libertação

Escrever esta narrativa e publicizar o que até então ficou apenas conosco, eu e minhas duas irmãs, é um ato de libertação. Para mim, particularmente, é um ajuste de contas com meu passado, com minha consciência. É o trauma que se desfaz, o engasgo que deixou de ser ante o ato político da fala. Essas histórias são nossa vida, nós somos essas histórias, que deixaram de ser nossa prisão a partir do momento em que, por meio deste texto, arrombamos a porta com o pé de cabra (Solnit, 2017).

Certamente, há nesses relatos uma interseccionalidade latente: meninas/mulheres, meninas/mulheres negras, meninas/mulheres ribeirinhas, meninas/mulheres pobres. Toda a violência por nós sofrida passou impune para seus autores. Nós ainda somos vítimas. Mas somos vítimas que resolvemos falar e, por meio da fala, vivenciamos a resiliência, que é a capacidade de se reconstruir do trauma.

A violência do silenciamento ao longo desse tempo não mais pode subsistir, pois temos voz que fala, palavra que toma corpo, como expressão do nosso direito de autodeterminação, participação, interpretação e narração. Os nossos direitos, os direitos humanos, aqui são expressos na violação imposta pelo silenciamento e no rompimento desse silêncio (Solnit, 2017). Afinal, a história dos direitos humanos é antes de tudo a história da violação desses direitos.

Kilomba (2017, p. 222-224), quando discorre sobre o racismo, fala sobre o trauma e sua atemporalidade. Diz a autora que os discursos ocidentais, assim como as disciplinas da psicologia e psicanálise, negligenciaram a história da opressão racial e o sofrimento dos oprimidos, ignorando suas consequências psicológicas. Isso porque, além da violência topicamente localizada no tempo e no corpo, a atemporalidade é uma característica própria do trauma, na medida em que, sendo ato do passado, ainda assim é vivenciado no presente e vice-versa. Mas a vivência do trauma é consciente e ele não tem mais o poder de impor o silêncio, pois, ao falar dele, a máscara, nos termos de Kilomba, vai aos poucos se dissipando.

Sob o pretexto de "educar", "ajudar" ou "brincar", as famílias, quase sempre de mais elevada condição social, ocultam o trabalho escravo a que as meninas ribeirinhas são submetidas. O que se passa é uma verdadeira exploração dessas meninas por meio de jornal-

das exaustivas, ausência de salário ou pagamentos pífios, exclusões de atividades de lazer, de educação adequada e de espaços, privadas e até mesmo de alimentação digna. Essa é a caracterização do trabalho escravo contemporâneo, praticado e tolerado socialmente como um gesto de caridade para com quem vive privado de direitos fundamentais básicos. Sob esse pretexto, praticam-se múltiplas violências que encerram traumas diversos. Aqui destaquei o trauma do silenciamento, hoje rompido por este escrito como ato de fala, ato político, na luta contra a escravidão contemporânea.

Com esta narrativa, queremos, eu e minhas irmãs, transformar esse trauma, que insiste em reviver e se confundir com nosso presente, em um ato de fala, e como tal, em um ato político de libertação. Daqui em diante, nossas histórias não serão mais nossas, mas de todos, ao menos daqueles que estão dispostos a nos ouvir e lutar por uma sociedade na qual especialmente crianças não sejam exploradas no trabalho infantil doméstico e escravo.

Essa publicização é como um ato de autoexorcismo que se apresenta como um ato político, um gesto de libertação (talvez de autolibertação) por meio da fala. Nós somos sobreviventes que tivemos a chance de ressignificar nossas dores. Conseguimos ser resilientes, mas estamos cientes de que esse não é o desfecho para grande parte das meninas que foram submetidas ao mesmo processo de exploração, a exemplo de Madalena Gordiano e tantas outras. Essas mulheres, diferentemente de mim e de minhas irmãs, não tiveram a chance de fazer escolhas por projetos de vida pessoal e profissional.

Meninas ribeirinhas: A passagem traumática do silenciamento à voz na luta contra o trabalho escravo doméstico contemporâneo

Artigo Article

Referências

- BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CAL, Danila. Luta pública contra o trabalho infantil doméstico: Implicações democráticas das ações de advocacy. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 18, p. 211-242, 2015.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOPES, Mônica Sette. **O feminino e o trabalho doméstico**: Paradoxos da complexidade. Brasília, v. 48, n. 189, p. 81-93, 2011.
- MESQUITA, Valena Jacob Chaves. **O trabalho análogo ao de escravo**: Uma análise jurisprudencial do crime do TRF da 1ª Região. Belo Horizonte: RTM, 2016.
- MOREIRA, Adilson José. Pensando como um negro: Ensaio de hermenêutica jurídica. **Revista de Direito Brasileira**, v. 18, n. 7, p. 393-421, 2017.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Uma mãe leva a outra (?): práticas informais (mas nem tanto) de “circulação de crianças” na Amazônia. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVI, n. 395, 2012.
- NASCIMENTO, Louize; PRUDENCIO, Kelly. “Família Cordial”: marcas visuais da desigualdade na cobertura noticiosa da “PEC das domésticas”. In: CAL, Danila; BRITO, Rosaly (Orgs.). **Comunicação, gênero e trabalho doméstico**: Das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba: CRV, 2020. p. 165-179
- SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: Reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.